



Diagnóstico de Políticas de Gênero no Sertão Pernambucano

*Fernanda Gomes de Sá Pereira¹, Eryka Fernanda Miranda Sobral²,
Fagner Jose Coutinho de Melo³*

Resumo: Este trabalho objetivou conhecer o funcionamento das políticas públicas para mulheres no sertão do estado de Pernambuco. Inicialmente tratou-se as definições das políticas públicas para mulher e de gênero. Num segundo momento a partir da aplicação de um questionário semiestruturado analisou-se o perfil socioeconômico das mulheres e o uso de políticas na cidade de Salgueiro-PE. Os resultados obtidos revelaram que a maioria das mulheres precisam de políticas públicas alguma vez na vida, mostra que a existência de política de gênero ainda é muito falha na região, já que perguntadas sobre a existência de algum programa no município de análise que especialize mulheres em trabalhos que são ditos para homens, cerca de 90% respondeu não saber. Além disso, mesmo em meio a tanta discussão sobre o tema, os dados sugerem que ainda há muito preconceito em relação ao gênero feminino.

Palavras-chave: Desigualdade de gênero; mulher; política pública; política de gênero; sertão pernambucano

Diagnosis of Gender Policies in the Outback of Pernambuco

Abstract: This work aimed to know the functioning of public policies for women in the outback of the state of Pernambuco. Initially, the definitions of public policies for women and gender were dealt with. In a second step, from the application of a semi-structured questionnaire, the socioeconomic profile of women and the use of policies in the city of Salgueiro-PE were analyzed. The results obtained revealed that the majority of women need public policies at some time in their lives, it shows that the existence of gender policy is still very flawed in the region, as they are asked about the existence of any program in the municipality of analysis that specializes women in jobs that are said for men, about 90% said they did not know. In addition, even in the midst of so much discussion on the topic, the data suggest that there is still a lot of prejudice against the female gender.

Keywords: Gender Inequality; Woman; Public Policy; Gender Policy; Pernambucano Outback.

¹ Universidade de Pernambuco. fernandagomessaa1@gmail.com;

² Universidade de Pernambuco. eryka.sobral@upe.br;

³ Universidade de Pernambuco. fagner.melo@upe.br.

Introdução

Na sociedade, há uma tendência crescente de discussões sobre desigualdade de gênero, sobretudo, no mercado de trabalho. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016), no Brasil, as mulheres estudam e trabalham mais, porém, mesmo assim, continuam ganhando menos, a taxa de frequência média no ensino médio é mais alta entre mulheres do que entre os homens (na sociedade no geral a quantidade de mulheres que frequentam o ensino médio é 10% maior que a quantidade de homens), e a proporção de formadas no ensino superior é maior (23,5% entre as mulheres brancas e 10,4% entre as mulheres negras). Além disso, ainda de acordo com a referida fonte, as mulheres trabalham 18,1 horas por semana em afazeres domésticos, enquanto os homens, nessa mesma atividade, trabalham 10,5 horas por semana.

No sertão pernambucano, tipicamente “caracterizado por abranger cidades com os maiores indicadores de desigualdades sociais do estado, além de baixos indicadores de desenvolvimento socioeconômico” (Kalline DE LIRA, 2009, p. 335), a divisão sexual do trabalho entre mulheres e homens, conforme Barroso et al. (2019), é um elemento central que promove a permanência da desigualdade de gênero na região. De acordo com os referidos autores, fatores históricos e socioculturais intrínsecos à região, na qual o patriarcado e machismo marca o desenvolvimento da sociedade, são considerados os determinantes dessa condição. Segundo a qual é possível perceber uma reprodução do âmbito doméstico da visão hierárquica de poder ao espaço público.

Nessa perspectiva, é importante ressaltar que, na conjuntura brasileira, sobretudo, nas cidades de médio e pequeno porte em média, as mulheres têm o seu papel reprodutivo (como cuidar da casa), há muitos anos, mais valorizado que o seu espaço produtivo. E mesmo tendo as mesmas habilidades, capacidade e conhecimento que os homens, elas se restringem ao trabalho doméstico. Esse aspecto é confirmado por Mariano (2009) ao evidenciar que o grupo familiar é materializado simbolicamente pela presença da mulher, percebida apenas por papéis tipicamente femininos, como, por exemplo, cuidadora, mãe, esposa e dona de casa.

Para Pereira (2012), essa identificação social do papel da mulher não é apenas uma realidade brasileira, mas uma preocupação para outros países, pois, mesmo ante a tanta discussão sobre desigualdade de gênero, o homem continua oprimindo a mulher, fazendo com que esta continue sendo esposa e dona de casa, mesmo que trabalhe fora. É justamente

a partir disso que vem a dupla jornada de trabalho para ela, fazendo com que a mulher tenha uma rotina estressante ao conciliar o trabalho produtivo com o reprodutivo, sendo cobrada no trabalho formal como se não tivesse uma vida reprodutiva, de cuidar de casa, do marido e dos filhos, e cobrada em casa como se não tivesse um emprego formal, que exige tempo e habilidade profissional.

Além disso, há uma discussão na literatura que boa parte das políticas públicas ditas para as mulheres não tem enfoque para a igualdade de gênero. Haja vista que de acordo com Mariano (2009), atualmente, as políticas públicas para as mulheres reforçam a manutenção do papel reprodutor, pois os programas sociais, a exemplo do Bolsa Família e da criação de creches, são conduzidos para reforçar a atribuição do papel feminino de cuidadora do lar e da família. Porém, Marcondes (2019) ressalta que, mais do que políticas públicas para as mulheres, é preciso políticas pelas mulheres, isto é, políticas de gênero, que proporcionem criação de programas de apoio a mulheres (acesso a crédito e geração de emprego e renda) e que possam colocá-las numa situação de igualdade com os homens, de forma que as mulheres tenham voz e maior participação, não apenas em casa, mas também na política e na economia, por exemplo.

Essa luta das mulheres por direitos iguais aos dos homens, com seus valores profissionais valorizados e reconhecidos, não é recente, conforme com Blay (2003). Essa ocorre desde a metade do século XIX, especificamente no que concerne às discussões sobre políticas de gênero⁴ no Brasil, que têm por objetivo assegurar a igualdade de direitos, para que as mesmas tenham suas escolhas valorizadas, seja ela de uma carreira profissional, ou a opção de exercer apenas o trabalho doméstico (sendo uma escolha da mesma) de acordo com suas necessidades e bem-estar.

Um marco importante para visibilizar e pressionar a adoção de proposições para a melhoria das condições de desigualdade e de vida das mulheres foi dado em 1975, na primeira Conferência Mundial de Mulheres, realizada no México, a partir do desenvolvimento de estratégias de transversalidade – ou *gender mainstreaming* – que, de acordo com Bandeira (2005), emerge do contexto internacional do movimento de mulheres frente aos estados nacionais e às instituições governamentais.

4 De acordo com Melo (2019), o gênero é uma maneira de criar papéis para homens e para mulheres, uma forma que se refere ao corpo, é aí onde o feminismo tem um movimento que defende a ampliação de liberdade para mulheres, o que de fato acarreta a ampliação do conceito de gênero.

Em Beijing, no ano de 1995, a transversalidade de gênero ganhou o *status* de redefinir a condição das mulheres em todas as dimensões: social, econômica, científica, cultural e política. De acordo com Bandeira (2005), trata-se de implicações administrativas e jurídicas que incidirão em questões como o salário, a segurança, a educação, a divisão de responsabilidades profissionais e familiares e a paridade em processos decisórios. Já no Brasil, pode-se mencionar a inclusão de mulheres no planejamento central realizado na Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, em 2004, que resultou na elaboração do Plano Nacional.

Nessa perspectiva, no Brasil há literatura na área de administração pública destacando a transversalidade como uma necessidade de reorganização da atuação estatal em diferentes setores, sobretudo, em relação à garantia de direitos, orientando-se pelo objetivo de igualdade de gênero (Mariana MARCONDES; Ana DINIZ; Marta FARAH, 2018; Mariana MAZZINI MARCONDES; Tatiana LEMOS SANDIM; Ana RODRIGUES DINIZ, 2018).

No entanto, mesmo com todos os esforços para que políticas de gênero sejam fortalecidas no sistema, ainda no século XXI, há uma diferença absurda socioeconômica e racial, em que mulheres de baixa renda e pretas têm maior dificuldade. Sendo assim, importante ressaltar que ainda há muito o que ser conquistado, até que não exista a desigualdade de gênero.

Em consequência do exposto, mesmo com tamanha discussão, de acordo com Marcondes, Diniz e Farah (2018), a incorporação da perspectiva de gênero em políticas públicas é, no entanto, um tema ainda hoje pouco explorado cientificamente. Dessa forma, em busca de preencher essa lacuna do conhecimento na área, essa pesquisa tem como objetivo verificar a atuação e utilização de políticas públicas e políticas de gênero para as mulheres a partir dos programas governamentais desenvolvidos no sertão de Pernambuco, mais especificadamente no município de Salgueiro.

Mediante o exposto, essa pesquisa traz por objetivos específicos desta pesquisa consistem em: (1) Definir a diferença entre as políticas para as mulheres e as políticas de gênero para mulheres com a revisão sistemática de literatura; (2) Identificar as políticas públicas com foco em mulheres a nível municipal e estadual no município analisado; (3) Traçar o perfil socioeconômico das mulheres que participam de políticas de gênero; (4) Analisar o uso das políticas públicas por parte das mulheres e apreender o seu envolvimento nos programas sociais, isto é, como são desenvolvidos de acordo com as necessidades.

Assim, entende-se como a relevância prática deste estudo o fato de mostrar ao poder público que as mulheres precisam de políticas de gênero, que gerem oportunidades de empoderamento feminino, para que possam desempenhar outras atividades na sociedade, sendo reconhecidas e adquirindo independência financeira.

Além desta introdução e das considerações finais, este artigo apresenta mais três seções. Na segunda seção são apresentados os fundamentos teóricos que conduzem o trabalho. Na terceira seção, os procedimentos metodológicos e dados utilizados na investigação. E, por fim, na quarta seção é exposta a discussão quanto aos principais resultados da pesquisa.

Referencial Teórico

Neste referencial teórico mostram-se as definições entre a política pública e a política pública de gênero para as mulheres. Segundo Mariano (2009), as políticas públicas para as mulheres reforçam o estereótipo do papel reprodutivo, com programas e ações voltados para a reafirmação da condição de dona de casa da mulher.

Já para Papa (2012), a política pública para mulher tem o intuito de contribuir para desigualdade de gênero, o que de fato é verdade, já que, hoje, as mulheres precisam de programas de políticas públicas para mulheres, para assim conseguirem ter acesso ao que a política pública de gênero pode oferecer, mas Papa (2012) também defende e reconhece que a desigualdade existe e que pode se ver isso principalmente na divisão sexual do trabalho, o que é uma barreira para sociedade democrática.

Já a política pública de gênero, segundo Novellino (2016), é voltada para que as mulheres sejam vistas além desse clichê, tanto no trabalho quanto na luta para ganhar pela competência e não pelo sexo. Para Melo (2019), dentre as conquistas femininas desde o século XIX, a primeira que deve ser considerada uma política pública de gênero, é o anteprojeto do departamento nacional de mulher, que propõe políticas relativas ao trabalho feminino, assistência à mulher, previdência social e maternidade, pois, antes disso, elas só tinham de concreto direito à licença maternidade e direito ao voto. Esse projeto foi interrompido com um golpe em 1937. Ainda segundo Melo (2019), a política de gênero reconhece a desigualdade, relaciona-se com a construção social e histórica do feminino e do masculino, implementando assim ações dirigidas para mulheres nas três instâncias.

De acordo com Unmüßig (2016), violência, preconceito e discriminação ainda são fatores alarmantes na vida de muitas mulheres, não existe nenhuma conferência que consiga mostrar o contrário. As mulheres continuam sendo oprimidas, trabalhando meio período porque precisam cuidar dos filhos ou trabalhando mais que os homens e ganhando menos. São excluídas em processos de decisões políticas, e, mesmo tendo aumento significativo da participação das mulheres no mercado de trabalho, a diferença econômica de gênero pouco diminuiu.

Segundo Höfling (2001), as políticas públicas são programas governamentais executados por todos os entes federativos (municipal, estadual e federal), que têm como objetivo atender as demandas específicas da sociedade. Nessa perspectiva, visando as necessidades à qual se propõe, de acordo com Souza (2006), a política pública faz com que o governo análise e busque mudanças quando necessário, na expectativa que mudanças significativas na vida das pessoas possam ocorrer, principalmente as de classe baixa.

Políticas públicas para mulheres

No Brasil, nos últimos anos destacam-se três tipos de políticas públicas para mulheres no Brasil, sendo estas: violência contra a mulher; saúde da mulher e inserção da mulher no mercado de trabalho.

Segundo Bandeira (2005), quando foi criado o Ministério da Mulher em 2002, as prioridades foram o combate à violência contra a mulher, com a Lei Maria da Penha (Lei 11340/06 | Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006). Esta lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

Em relação à saúde da mulher, de acordo com De Almeida e Motas-Santos (2018), existe o PAISM (Política Nacional de Atenção Integral a Saúde da Mulher). Dentro desse programa os agentes comunitários de saúde atendem gestantes, mulheres em idade fértil e

abrangem temas relacionados ao planejamento familiar, violência contra a mulher e sexualidade, no entanto, segundo os referidos autores, as políticas públicas deveriam contemplar, além dessas, outras fases da vida da mulher voltadas à saúde.

No quesito geração de emprego e renda, conforme Farah (2004), as mulheres geralmente são direcionadas aos trabalhos de limpeza, pequenas unidades produtivas, trabalhos autônomos e pequenos negócios em cooperativas.

Desde o início do século XIX, a partir da luta feminista iniciada na França, hoje temos políticas públicas que, mesmo reforçando o papel reprodutor, facilitam a vida da mulher, que antes não tinha sequer o direito de escolha, e muito menos o amparo do governo. Essas, de acordo com Mariano (2009), são mais direcionadas às mulheres pobres, que, por não terem condições financeiras de pagar alguém para realizar as atividades domésticas, ficam em sua maioria responsáveis por tarefas relacionadas ao cuidado de crianças, considerado trabalho de mulher, tornando assim, desigual as oportunidades de trabalho entre homens e mulheres. E elas, por estarem atarefadas com o trabalho reprodutivo, ficam limitadas a desenvolver um trabalho produtivo, evidenciando assim, uma vulnerabilidade feminina diante do mercado de trabalho.

Ainda segundo Mariano (2009), as mulheres são vistas como representantes do grupo familiar, por conta de seus papéis femininos, como ser dona de casa, boa cozinheira, boa mãe, cuidadora de idosos, e, mesmo que ela consiga trabalho formal, acaba tendo como sua maior habilidade os trabalhos feitos em prol da família e do lar.

Políticas de gênero para as mulheres no Brasil

De acordo com Novellino (2016), as Políticas Públicas de Gênero têm o objetivo de contribuir com o fim da desigualdade entre homens e mulheres, e acrescentar na luta do empoderamento feminino. Ante a isso, em um país como o Brasil, a política de gênero deve ser utilizada para acabar com as desigualdades, promovendo direitos sexuais, serviços de saúde, serviços de educação, inclusão no mercado de trabalho e na política, combate à violência doméstica e afins.

Assim, Scott (2012) defende que as políticas públicas de gênero para as mulheres são diferentes de políticas públicas para as mulheres, pois a primeira considera a diversidade que existe no tratamento entre homens e mulheres, tentando assim melhorar esse contexto para

que ambos tenham as mesmas oportunidades, enquanto a segunda foca a mulher no seu papel mais vulnerável sem tanta atenção para promoção de desigualdade nas mais diversas áreas.

Nessa perspectiva, Mendes e Beck (2019) ressaltam a necessidade da atuação de políticas públicas que deem à mulher emancipação financeira, e que essas políticas conscientizem as mulheres da importância do seu papel na sociedade, mostrando que a mulher não precisa de nenhum tipo de submissão ao homem. Sobre esse aspecto, é possível encontrar no Brasil, uma agenda relacionada à questão de gênero com instruções no campo das políticas públicas. Essa foi criada tomando como base ações refletidas na IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Beijing, em 1995, e na trajetória do movimento de mulheres no Brasil, com objetivos a serem cumpridos em políticas públicas de gênero para as mulheres no século XXI.

Nesse sentido, conforme Farah (2004), o planejamento de políticas públicas de gênero atual, com pouco menos de 20 anos, no Brasil passa a ser pensado levando em consideração as áreas de atuação, tais como: i) violência, ii) saúde, iii) meninas e adolescentes, iv) geração de emprego e renda, v) educação, vi) trabalho, vii) infraestrutura urbana e habitação, viii) questão agrária, ix) incorporação da perspectiva de gênero por toda política pública, x) acesso ao poder político e *empowerment*.

Ghisi et al. (2017) enfatiza que o diferencial desta agenda está na estratégia de transversalidade de gênero contemplado por ela, já que a principal orientação da mesma é que melhorias para a vivência da mulher na sociedade nas principais dimensões, tais como: “econômica, política, cultura e social sejam contempladas na formulação e implementação de toda e qualquer política pública” (Ana GHISI et al., 2017, p. 152).

A estratégia de transversalidade de gênero consiste em “um processo de incorporação de perspectivas feministas no enquadramento de políticas públicas, tanto na construção do problema público, quanto na definição do curso da ação estatal” (MARCONDES, 2019, p. 66). Isto é, por transversalidade de gênero, compreende-se como sendo um processo de inclusão de políticas de igualdade de gênero nas políticas públicas, incorporando perspectivas feministas na construção de problemas públicos e na orientação da ação estatal (BANDEIRA, 2005; Sonia MONTAÑO et al., 2010).

Nesse contexto, Farah (2004) em seu trabalho fez uma análise da incorporação da perspectiva de gênero por políticas públicas desenvolvidas por governos no Brasil. Seus resultados apontaram que nas últimas décadas houve uma convergência de iniciativas políticas quanto a agenda, porém, essa ocorreu mais em resposta a demandas de movimentos

sociais e feministas do que propriamente pelo compromisso em promover redução de desigualdade entre homens e mulheres. Além disso, o autor sugere que há uma tendência dessas serem mais fortes em algumas áreas como saúde e violência.

Um exemplo de que ainda falta uma maior efetividade da transversalidade de gênero é evidenciado por De Bittencourt Martins (2019). Ele investiga a referida ação no campo das políticas do trabalho, e constata que mesmo existindo políticas de incentivo à presença da mulher no mercado de trabalho falta a essas um caráter no sentido da perspectiva de gênero que possa sugerir quebra nos padrões. E conclui que o campo das políticas públicas relacionadas ao âmbito do trabalho apresenta ainda certa resistência à igualdade de gênero no país, nas quais oportunidades para as mulheres ainda não se dão em áreas tidas como tradicionalmente masculinas.

Contudo, considerando esse discurso de incorporação da perspectiva de gênero na política pública, é que esse estudo se propõe a investigar como a atuação e participação nesses tipos de políticas no sertão pernambucano.

Procedimentos Metodológicos

Para atingir o objetivo proposto, que é identificar o funcionamento das políticas públicas para mulheres e das políticas públicas de gênero, essa pesquisa classifica-se na tipologia de estudo de caso, pois buscou estudar o uso de políticas públicas e políticas de gênero por parte das mulheres do bairro do Divino Espírito Santo no município de Salgueiro-PE.

No processo de levantamento de informações para a realização da pesquisa, foram realizadas visitas e reuniões com grupos de mulheres que são atendidas pela Coordenadoria da Mulher de Salgueiro (organismo vinculado à Prefeitura Municipal de Salgueiro). Ficou evidente, a partir desse acompanhamento, que era necessário escolher um único território para focar na pesquisa. Desse modo, após reunião com uma Assistente Social do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), constatou-se que um dos bairros com maior taxa de vulnerabilidade das mulheres é o Divino Espírito Santo, sendo este o escolhido para realização do presente estudo.

A realização dessa investigação se deu a partir de análise exploratório-descritiva. Exploratória, de acordo com Dias (2004), é a que procura gerar explicações prováveis e

identificar áreas para um estudo aprofundado, e sentiu-se uma falta de estudos relacionado a política pública de gênero para mulheres. E descritiva, segundo o mesmo autor, é a que procura obter resultados quantitativos a partir de características observadas na investigação.

A coleta de informações para realizar essa pesquisa pode ser considerada exploratória, dado que, em um primeiro momento, recorreu-se ao levantamento bibliográfico para a formalização do problema, caracterização do objeto de estudo e construção do referencial teórico, a partir de pesquisas em livros e com fontes secundárias. E, ao mesmo tempo, descritiva, por investigar o comportamento das mulheres do município de Salgueiro-PE quanto ao seu uso de políticas públicas.

Por sua vez, quanto à sua natureza, conforme Gerhardt e Silveira (2009), a pesquisa se classifica como quantitativa, pois leva em consideração o pensamento positivista lógico, enfatizando, dessa forma, o raciocínio dedutivo, as regras da lógica e os atributos mensuráveis da experiência humana.

Em um primeiro momento, foi feita uma análise bibliográfica e visitas a órgãos municipais relacionados à atuação de políticas públicas para mulheres, como a Coordenadoria da Mulher do Município, para identificar as políticas atuantes no estado e no município. Tendo sido descoberto, a partir da visitação, que existem reuniões mensais na cidade de Salgueiro com mulheres beneficiadas por programas sociais dos governos municipal e estadual. Esses encontros envolvem a Coordenadoria da Mulher do Município, o CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) e o CREAS (Centro de Referência Especializado em Assistência Social).

A observação dessas reuniões foi importante para estabelecer um contato maior com as mulheres beneficiadas e, a partir disso, escolher as que serão entrevistadas na pesquisa, bem como triangular dados e fazer comparações com os resultados obtidos nas entrevistas. Sendo a quantidade de beneficiadas definida pela técnica de saturação de dados, ou seja, à medida que as respostas começarem a se repetir.

De acordo com Queiroz (2007), o procedimento de observação é quando se aplicam sentidos determinados a obter informação sobre alguma realidade que está sendo analisada. Aplica-se cuidadosamente os sentidos para obter um conhecimento, e o que ajuda o observador, é que adquire os fatos participando e convivendo com a realidade a ser estudada e analisada.

Durante encontros realizados na cidade de Salgueiro com a coordenadoria da mulher, e em reunião realizada com assistente social do CRAS, foi analisado qual perfil de mulher

deve ser analisado, encontros esses que aconteceram na cidade de Salgueiro nos seguintes eventos, datas e locais:

i) Reunião na coordenadoria da mulher na data 05/08/2019, onde estava presente sociedade civil e governamental, com conselheiras representantes de várias mulheres da cidade; Reunião na VII GERÊS com o GTI (Grupo de Trabalho Integrado), na qual se reuniram mulheres de todas as classes sociais, inclusive de outras cidades, para (se) debater maneiras de melhorar a vida da mulher; Participação em palestra na comunidade quilombola de Conceição das Crioulas na data de 08/08/2019, conscientizando as mulheres sobre os tipos de violência existentes;

ii) Palestra na Escola Dr. Severino na data de 14/08/2019, sobre a lei Maria da Penha;

iii) Reunião com a Assistente Social do CRAS, na data 14/08/2019, em que foi discutido quais os bairros de maior vulnerabilidade social na cidade de Salgueiro e que as políticas públicas precisam de fato estar sempre em ação.

O bairro escolhido para análise e coleta de dados foi o Divino Espírito Santo. Sua escolha e identificação ocorreu em razão do maior atendimento às mulheres em situação de vulnerabilidade fornecido pela CRAS do município.

Em um segundo momento, o procedimento de coleta dos dados foi baseado no instrumento de pesquisa roteiro de entrevista semiestruturada via aplicação de questionário para entender quais políticas as mulheres desejam, precisam e quais funcionam. Este roteiro foi adaptado do roteiro de entrevista da Fiesp (2019) sobre a inclusão da mulher no mercado de trabalho. Optou-se pela amostragem por conveniência, sendo que 83 mulheres foram entrevistadas nos meses de outubro e novembro de 2019.

Portanto, a amostra utilizada compreende as mulheres do bairro do Divino Espírito Santo do município de Salgueiro-PE, considerado um dos grupos mais carentes economicamente, de acordo com dados do CRAS, para o qual o questionário completo, como disposto no Apêndice A, foi subdividido em dois blocos: no bloco A, tem-se perguntas fechadas sobre características socioeconômicas das mulheres entrevistadas; e no bloco B, tem-se as perguntas que compreendem o objetivo da pesquisa. Quanto ao bloco A, foram feitas 11 (onze) questões, que abrangem variáveis quantitativas como: idade, característica da família da mulher, escolaridade, profissão e renda. Por sua vez, quanto ao bloco B, foram feitas 10 (dez) questões, que abrangem o que é ofertado de políticas para mulheres pelo município, a participação destas, assim como, suas necessidades.

Uma vez terminada a coleta de informações, os dados foram tabulados e se procedeu com uma análise estatística dos dados, utilizou-se a estatística descritiva (distribuição de frequência, tabulação cruzada e gráficos).

Resultados

Esta seção tem por objetivo apresentar os resultados obtidos a partir da aplicação dos questionários. Desse modo, a análise aqui exposta ocorre em duas partes: primeiro é realizada a análise do perfil socioeconômico das mulheres investigadas e no segundo momento é realizada uma análise descritiva sobre o uso de políticas para e pelas mulheres existentes, essa última na perspectiva de igualdade de gênero, no bairro do Divino Espírito Santo no município de Salgueiro-PE.

Perfil socioeconômico das mulheres

As participantes dessa pesquisa são mulheres residentes no bairro do Divino Espírito Santo do município de Salgueiro-PE, conforme informação coletada na visita ao CRAS do município.

A Tabela 1 reporta estatística descritiva da idade das mulheres por grupo que declararam não participar e participar de programas de gênero ofertados pelo Governo do estado de Pernambuco.

Tabela 1 – Estatísticas descritivas da idade das mulheres por grupo de participação nas políticas de gênero no bairro do Divino Espírito Santo no município de Salgueiro-PE

	Min	Máx	Média	Dp	Assimetria	Curtose
Participa	16	78	35,14	13,55	1,33	2,34
Não Participa	7	60	30,14	9,57	1,13	0,23

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados coletados.

Conforme dados apresentados na Tabela 1 é possível observar que a idade das mulheres que participam de algum programa de gênero varia em torno de 35 anos, porém, 53% estão acima dos 30 anos, observa-se também que a idade mínima varia entre 16 e 17

anos e máxima entre 78 e 60 anos, com mulheres que participam e não participam. Por outro lado, dentre as mulheres que não participam a idade está variando em 30 anos, ocorrendo uma grande concentração, cerca de 69%, de mulheres com idade abaixo da média. Isto é, percebe-se que quem tem buscado maior participação quanto às referidas políticas são, em média, mulheres com idade superior aos 30 anos.

A maioria das mulheres entrevistadas que participam de algum programa de gênero, de acordo com os resultados expostos na Tabela 2, se enquadra no modelo familiar nuclear, estando elas casadas ou ajuntadas (36%), e a maior parte possui filhos ou dependentes (40%). O marido é o principal responsável pelo sustento da família (17%). Esse resultado é interessante no sentido de que pode sinalizar a busca dessas mulheres por meios que possam proporcionar certa independência destas em relação ao cenário atual de dependência quanto aos seus cônjuges. Dado que, conforme Pinto e Suytan (2012), as mulheres têm buscado esses tipos de política em sua maioria com essa pretensão.

Tabela 2 – Frequência relativa das mulheres por contribuição da renda e estado civil por grupo de participação nas políticas de gênero no bairro do Divino Espírito Santo no município de Salgueiro-PE

	Casada		Solteira		Viúva		Total
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	
Participa							
Apenas você	6%	0%	2%	6%	1%	0%	16%
Seu cônjuge	14%	2%	1%	0%	0%	0%	17%
Seu cônjuge e você	10%	0%	0%	2%	0%	0%	12%
Outros	2%	1%	2%	1%	1%	0%	9%
Total	32%	4%	6%	10%	2%	0%	54%
Não participa							
Apenas você	1%	0%	6%	6%	1%	0%	15%
Seu Cônjuge	7%	1%	0%	0%	0%	0%	9%
Seu cônjuge e você	6%	1%	0%	0%	0%	0%	7%
Outros	4%	0%	2%	9%	0%	0%	15%
Total	19%	2%	9%	15%	1%	0%	46%

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados coletados.

Por outro lado, ainda na Tabela 2, a maior parte das mulheres que não participam de qualquer programa de gênero são solteiras (24%), possuem filhos (29%) e são responsáveis pela maior contribuição da renda da família (15%).

Outro fator a ser ressaltado é o elevado grau de instrução das entrevistadas, conforme resultados expostos na Tabela 3. A maioria possui Ensino Médio Completo (28%), seguido de Ensino Superior completo (14%) e algumas, inclusive, têm pós-graduação (10%), o que permite inferir que as mulheres do bairro, apesar de apresentarem vulnerabilidade socioeconômica, estão buscando capacitar-se e qualificar-se cada vez mais para garantir seu espaço no mercado de trabalho.

Tabela 3 – Frequência relativa das mulheres por escolaridade e por grupo de participação nas políticas de gênero no bairro do Divino Espírito Santo no município de Salgueiro-PE

	Participa	Não participa	Total
Ensino Fundamental Incompleto	7%	1%	8%
Ensino Fundamental Completo	12%	0%	12%
Ensino Médio Incompleto	9%	7%	16%
Ensino Médio Completo	16%	12%	28%
Ensino Superior Incompleto	2%	9%	11%
Ensino Superior Completo	9%	5%	14%
Pós-Graduação Completo	2%	7%	10%
Total	58%	42%	100%

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados coletados.

Atividade profissional também foi observada. Desse modo, de acordo com a Tabela 4, foi possível verificar que boa parte das mulheres que participam de alguma política de gênero tem por principal atividade serem domésticas no próprio lar (24%), seguido de outras profissões (16%), tais como declarar serem autônomas, estudantes e manicures. Tal resultado sugere que quem está procurando por esse tipo de política são mulheres que ainda não exercem atividade no mercado de trabalho e talvez estejam procurando esta para qualificação mediante tal objetivo. Resultado similar para as que não participam, porém, o maior quantitativo está para outras atividades (14%), tais como estudantes, autônomas e algumas declaram estar desempregadas, e também para domésticas no próprio lar (12%).

z

Tabela 4 – Frequência relativa das mulheres por atividade principal e por escolaridade, por grupo de participação nas políticas de gênero no bairro do Divino Espírito Santo no município de Salgueiro-PE

	Ensino F		Ensino M		Ensino S		Pós Grad.		Total
	Inc.	Com.	Inc.	Com.	Inc.	Com.	Inc.	Com.	
Participa									
Aposentada	0%	1%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	1%
Aux. adm.	0%	1%	0%	0%	0%	2%	0%	1%	5%
Dom. (lar)	6%	5%	4%	7%	0%	2%	0%	0%	24%

Emp. Dom.	0%	0%	1%	1%	1%	0%	0%	0%	4%
Professora	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	1%	1%
Secretária	0%	0%	0%	1%	0%	0%	0%	0%	1%
Serv. Pub.	0%	0%	0%	1%	0%	4%	0%	0%	5%
Outras	1%	6%	4%	4%	1%	0%	0%	0%	16%
Total	7%	13%	8%	14%	2%	8%	0%	2%	57%
Não participa									
Aposentada	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Aux. adm.	0%	0%	0%	0%	2%	0%	0%	1%	4%
Dom. (lar)	1%	0%	5%	4%	1%	1%	0%	0%	12%
Emp. Dom.	0%	0%	2%	1%	0%	0%	0%	0%	4%
Professora	0%	0%	0%	0%	1%	0%	1%	2%	5%
Secretária	0%	0%	0%	0%	0%	1%	0%	0%	1%
Serv. Pub.	0%	0%	0%	2%	0%	0%	0%	1%	4%
Outras	0%	0%	1%	5%	4%	2%	0%	2%	14%
Total	1%	0%	8%	12%	8%	5%	1%	7%	43%

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados coletados.

Observou-se ainda que a maioria das mulheres que participa de programas de gênero apresentam uma renda de até ½ salário-mínimo, e talvez venham recorrendo a esse tipo de política para conquistar certo grau de independência financeira. Já que, de acordo com Costa (2004), desempenhar atividades que possam gerar renda assegura isso.

Tabela 5 – Frequência relativa das mulheres por rendimento e por grupo de participação nas políticas de gênero no bairro do Divino Espírito Santo no município de Salgueiro-PE

	Participa	Não Participa	Total
Até ½ salário	42%	18%	60%
De 1 a 2 salários	8%	14%	22%
De 2 a 3 salários	8%	9%	17%
Mais de 4 salários	0%	1%	1%
Total	58%	42%	100%

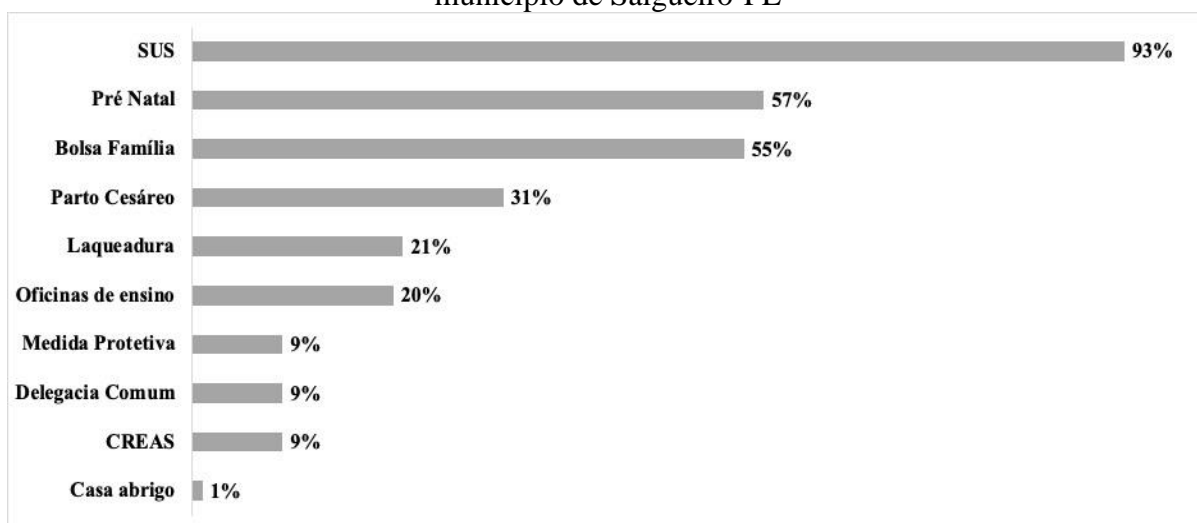
Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados coletados.

Análise descritiva do uso de políticas públicas pelas mulheres

No Gráfico 1 foram listados programas de políticas públicas para mulheres, sendo que elas precisavam responder se já tinham tido acesso a algum deles. Ele representa o percentual da amostra de dados em relação ao uso dos programas pelas mulheres do bairro.

A partir do referido gráfico, é possível observar que o maior uso de programa é para o SUS, com a utilização de 93%, mas, de maneira geral, quando cita a questão da saúde da mulher (Pré-Natal, Parto e Laqueadura), percebe-se uma queda no uso do SUS. Observa-se também que mais de metade das mulheres do Bairro fazem uso do bolsa família, no total de 55%, tendo apenas ele como renda.

Gráfico 1 – Sobre o uso de Programas pelas mulheres no bairro do Divino Espírito Santo no município de Salgueiro-PE



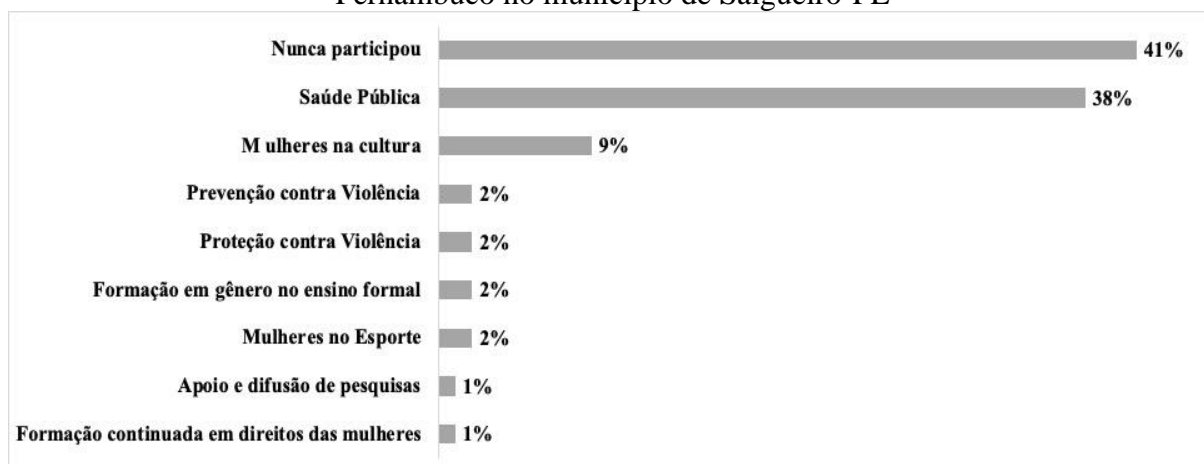
Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da pesquisa.

Em relação a violência contra a mulher, percebe-se que o índice de denúncias é bem restrito, sendo apenas 1% para uso da casa abrigo e 9% fez uso de medida protetiva. Este percentual se iguala ao das mulheres que fazem uso do CREAS, que é de 9%. Na questão de oficinas de ensino, que as ajudam a se especializar e gerar renda, obteve-se um resultado de apenas 20%, mostrando que menos da metade das mulheres do bairro teve acesso.

No quesito gênero, as mulheres foram questionadas sobre que tipos de trabalho consideram femininos e masculinos, e se existe algum programa no município que especialize mulheres em trabalhos que são ditos para homens. Quanto a primeira questão, a maior parte respondeu não haver diferença, no sentido de que a mulher pode exercer qualquer atividade exercida pelo homem. Quanto a segunda pergunta, cerca de 90% respondeu não saber.

O Gráfico 2 representa a análise da coleta de dados, em relação aos programas ofertados pelo estado de Pernambuco em relação a políticas públicas de gênero.

Gráfico 2 – Sobre participação em políticas de gênero ofertada pelo governo do estado de Pernambuco no município de Salgueiro-PE



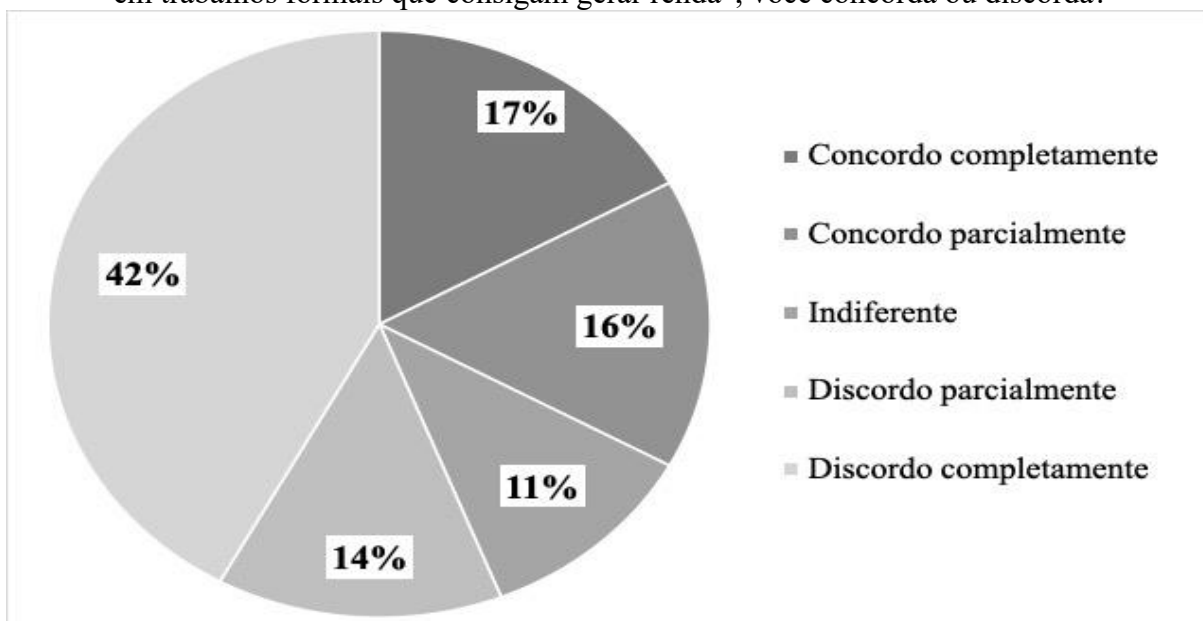
Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da pesquisa.

É pertinente observar que as políticas públicas consideradas estão de acordo com o proposto pela agenda sobre transversalidade de gênero exposta na seção de referencial teórico as quais abrangem aspectos como violência, saúde, educação e trabalho.

A partir do referido gráfico observa-se que a adesão e acesso à informação relacionada a gênero na cidade de Salgueiro, ainda é muito necessitada, uma vez que 41% nunca participou de nenhum programa relacionado a gênero, e 38% participaram quando a questão era saúde pública, que entende-se que é o básico que se deve ter em um município. Tal resultado sinaliza a necessidade de maior divulgação ou outros estudos que possam investigar a que se pode atribuir a falta de participação das mulheres no município.

Nessa perspectiva, foi dita a seguinte frase: “Hoje o governo municipal auxilia a mulher a ter especialidades em trabalhos formais que consigam gerar renda”, pedindo que as mulheres colocassem o nível de concordância com a frase como se observa no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Sobre a frase: “Hoje o governo municipal auxilia a mulher a ter especialidades em trabalhos formais que consigam gerar renda”, você concorda ou discorda?



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da pesquisa.

Os resultados expostos no Gráfico 3 apontam que, 42,4% discordando completamente da frase e 14,1% discordando parcialmente, totalizam cerca de 56,5% das mulheres que discordam da frase. Enquanto 9% se mostrou indiferente e cerca de 33% concordou de alguma forma com a mesma. Mediante esses resultados, pode-se verificar que o nível de insatisfação supera o de mulheres satisfeitas em relação ao apoio do governo que as auxilie a ter um emprego formal, sinalizando a necessidade de maior política por parte do mesmo.

Questionadas sobre qual a maior necessidade relacionada a políticas públicas para mulheres no bairro do Divino Espírito Santo, as que já participam de algo citaram necessidades mais relacionadas a políticas de modo geral do que políticas pelas mulheres, destacando aspectos como educação, creche, saúde e oportunidade de emprego. Esse cenário não foi tão distinto das que não participam de alguma política de gênero, que destacam a necessidade de maior segurança, saúde e fomentação de emprego.

Considerações Finais

Neste artigo, buscou-se distinguir a diferença entre políticas públicas para mulheres e políticas de gênero, e como está a funcionalidade dos programas sociais do governo em

relação ao incentivo e criação de políticas de gênero, e como funcionam as políticas para mulheres na cidade de Salgueiro-PE, no bairro Divino Espírito Santo.

Partindo do início de pesquisa documental, concorda-se com Mariano (2019) ao falar que ainda existe muito preconceito em relação ao gênero, e que de fato as políticas para mulheres acabam reproduzindo a fala de que o papel reprodutivo é mais valorizado do que o produtivo.

Ao responder a pergunta sobre como funcionam as políticas públicas para mulheres e de gênero na cidade de Salgueiro, foi constatado que, na cidade, não existe nenhuma política de gênero que incentive as mulheres a se especializarem em trabalhos ditos para homens, verificou-se que no bairro analisado, a falta de emprego é alta, e em função disso, as mulheres acabam colocando em primeiro lugar o bem estar da família, aceitando ficar em casa dependentes do marido ou parceiro e bolsa família, ou aceitando empregos não formais, ou sempre empregos que são ditos para mulheres, deixando em segundo plano a questão do gênero, do estudo ou da especialização para conseguir um sustento formal em qualquer outra área.

É importante trazer à discussão a questão da saúde pública, tendo em vista que, na análise de dados, a maior utilização de políticas públicas foi relacionada ao SUS, independentemente da questão de gênero, e o bairro está atualmente sem médico no posto de saúde, o que afeta a vida de todos os moradores do bairro no geral, mas principalmente de mulheres com filhos doentes, e que precisam de exames e atendimentos rotineiros, já que já ficou claro que o papel de provedora do lar é delas. Sem deixar de lado a questão de tratamentos para DST, prevenção contra doenças, que, em bairros, antes de ir para o hospital da cidade, deve-se passar antes pelo posto de saúde, para de lá ser encaminhado ao hospital.

Deve-se destacar o uso do Bolsa Família como principal ou única renda familiar dessas mulheres, e que todas elas fazem uso, têm filhos ou marido que vivem de bico, e elas têm que conseguir ajustar toda a família para viverem com aquele dinheiro, que é de responsabilidade dela, ela que tem que prover a família para ter acesso àquela renda.

Foi identificado que as mulheres não têm a informação necessária em relação à segurança da mulher, mas também foi notado que muitas ainda possuem medo de denunciar, e que, em função disso, o índice de denúncias pode não ser tão alto, o que pode acarretar na questão de que não existe uma delegacia específica para mulheres na cidade, ou que a informação de que elas podem fazer denúncias em delegacias comuns e a falta de treinamento para esses casos específicos, não seja ofertada da maneira correta.

Nota-se que o governo não identificou ainda a dificuldade que as mulheres do bairro têm em relação a mostrar suas necessidades relacionadas ao gênero, já que elas têm que assumir o papel de mulheres do lar, para conseguir que as políticas públicas de necessidades básicas, não só para as mulheres, mas para todos os moradores do bairro funcionem adequadamente, dando assim a elas a oportunidade de conseguirem focar em algo que lhes traria mais conhecimento, mais liberdade, e poder de decisão sobre a sua própria vida.

As políticas públicas deveriam se alinhar para que os programas governamentais começassem a ser utilizados por mulheres que precisam de ajuda para manter o lar, ou só para se manterem, para se manterem protegidas, e para que, caso elas decidam não ser o que a sociedade impõe que a mulher seja, elas consigam suporte e apoio junto ao governo, e tenham autonomia para decidir como devem viver.

De modo geral precisa-se de um Congresso que lute por direitos e igualdades com representantes das categorias, a partir da inserção da mulher em ambientes como a política, mercado de trabalho, cargos de chefia, adquirindo, assim, maior independência financeira, autonomia e poder de decisão, não precisando estar submissa a escolhas masculinas.

Referências

BANDEIRA, Lourdes. Fortalecimento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres: avançar na transversalidade da perspectiva de gênero nas políticas públicas. *Convênio Comissão Econômica para América Latina e Caribe–CEPAL, Secretaria Especial de Política para as Mulheres–SPM UnB, Brasília, 2005.*

BARROSO, Nielly Lima et al. As condições da (des) igualdade na inserção da mulher no mercado de trabalho no Nordeste. 2019.

BATISTA, Karina Barros C. *As políticas públicas para o enfrentamento da violência contra a mulher nos serviços de saúde do município de São Paulo.* 2017. Doutorado (Programa de Medicina Preventiva) – Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

BIROLI, Flávia, *Gênero e Desigualdade limites da Democracia no Brasil*, 2018.

BLAY, Eva Alterman. *Violência contra a mulher e políticas públicas.* Estudos avançados, v. 17, n.49, p. 87-98, 2003.

CARLOTO, Cássia Maria. *Políticas públicas, gênero e família.* Serviço social em Revista, v. 5, n. 1, 2002.

CARNEIRO, Sueli. *Mulheres em movimento.* Estudos avançados, v. 17, n. 49, p. 117-133, 2003.

DE ALMEIDA, Viviane Cordeiro; MOTA-SANTOS, Carolina Maria. Trabalho, Carreira e Maternidade: Perspectivas e Dilemas de Mulheres Profissionais Contemporâneas. *Administração: Ensino e Pesquisa*, v. 19, n. 3, p. 583-605, 2018.

DE BITTENCOURT MARTINS, Barby. MUNDO DO TRABALHO, GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS: o papel do feminismo estatal nessa relação. *Revista de Políticas Públicas*, v. 22, n. 2, p. 1121-1138, 2019.

DE LIRA, Kalline Flávia Silva. Relações de gênero, poder e violência contra as mulheres: um estudo sobre o Sertão brasileiro. *Revista de estudos de gênero: La ventana*, v. 6, n. 50, p. 331-362, 2019.

FIESP, índices e pesquisas em publicações. Disponível em: <<https://www.fiesp.com.br/indices-pesquisas-e-publicacoes/entrevista-ana-paula-morgado/>> Acesso em 03 de junho de 2019.

GHISI, Ana Silvia Serrano; DE OLIVEIRA, Ana Cláudia Delfini Capistrano; DE OLIVEIRA, Paulo Rogério Melo. POLÍTICAS DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO MARCO DOS 11 ANOS DE LEI MARIA DA PENHA. *Revista Brasileira de Tecnologias Sociais*, v. 4, n. 2, p. 149-161, 2018.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de; CINTRÃO, Rosângela Pezza. *Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro*. Revista Nera, n. 8, p. 1-28, 2012

FARAH, Marta Ferreira Santos. *Gênero e políticas públicas*. Revista Estudos Feministas, v. 12, n.1, p. 47, 2004.

HÖFLING, Eloisa de et al. *Estado e políticas (públicas) sociais*. Cadernos Cedes, 2001.

LEÃO, Estela M.; MARINHO, Lilian Fátima Barbosa. *Saúde das mulheres no Brasil: subsídios para as políticas públicas de saúde*. Revista Promoção da Saúde, v. 6, p. 31-6, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Projeção das Unidades da Federação. *Brasília/DF: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*, 2016.

LISBOA, Teresa Kleba. *Violência de gênero, políticas públicas para o seu enfrentamento e o papel o serviço social*. Temporalis, v. 14, n. 27, p. 33-56, 2014.

MARCONDES, Mariana Mazzini; DINIZ, Ana Paula Rodrigues; FARAH, Marta Ferreira Santos. Transversalidade de gênero: uma análise sobre os significados mobilizados na estruturação da política para mulheres no Brasil. *Revista do Serviço Público - RSP*, v. 69, n.1, p. 36-62, 2018.

MARCONDES, Mariana Mazzini. *Transversalidade de gênero em políticas de cuidado: uma análise comparada das políticas de cuidado infantil no Brasil, Argentina e Uruguai durante o giro à esquerda*. 2019. Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Administração Pública e Governo) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (EAESP/FGV), São Paulo, SP, Brasil.

MARIANO, Silvana Aparecida; CARLOTO, Cássia Maria. *Gênero e combate à pobreza: Programa Bolsa Família*. Revista Estudos Feministas, v. 17, n. 3, p. 901, 2009.

MAZZINI MARCONDES, Mariana; LEMOS SANDIM, Tatiana; RODRIGUES DINIZ, Ana Paula. Transversalidade e Intersetorialidade: mapeamento do debate conceitual no cenário brasileiro. *Administração Pública e Gestão Social*, v. 10, n. 1, 2018.

MENDES, Josiete da Silva; BECK, Ceres Grehs. Narrativas femininas no Cariri paraibano: emancipação e autonomia financeira. In: VIII Encontro de Administração Pública da ANPAD (EnAPG), 2019, Fortaleza - Ceará. Trabalhos Selecionados EnAPG, 2019.

MELO, Hildete Pereira de, *Mulheres e Poder: histórias, ideias e indicadores*, 2019.

MONTAÑO, Sonia et al. *El cuidado en acción: entre el derecho y el trabajo*. Cepal, 2010.

NOVELLINO, Maria Salet Ferreira. *Os estudos sobre feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres*. Anais, p. 1-12, 2016.

PAPA, Fernanda de Carvalho. *Transversalidade e políticas públicas para mulheres no Brasil: percursos de uma pré-política*. 2012. Tese de Doutorado.

PEREIRA, Potyara AP. *Políticas públicas e necessidades humanas com enfoque no gênero*. Sociedade em Debate, v. 12, n. 1, p. 67-86, 2012.

QUEIROZ, Danielle Teixeira et al. *Observação participante na pesquisa qualitativa: conceitos e aplicações na área da saúde*. Rev. enferm. UERJ, v. 15, n. 2, p. 276- 283, 2007.

RAGO, Margareth. *Feminismo e subjetividade em tempos pós-modernos*. Poéticas e políticas feministas. Florianópolis: Ed. Mulheres, p. 31-42, 2004.

SANTOS, Cecília MacDowell. *Da delegacia da mulher à Lei Maria da Penha: lutas feministas e políticas públicas sobre violência contra mulheres no Brasil*. 2008.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. 2012.

SOUZA, Jessé. *A invisibilidade da desigualdade brasileira*. Editora UFMG, 2006.

VIANNA, Cláudia Pereira; UNBEHAUM, Sandra. *O gênero nas políticas públicas de educação no Brasil: 1988-2002*. Cadernos de Pesquisa, v. 34, n. 121, p. 77-104, 2004.

UNMÜBIG, Barbara; EXECUTIVO, Conselho; CORSO, Tradução Caroline. *Política de gênero faz a diferença: o futuro da política feminista e da democracia de gênero na Fundação Heinrich Böll. Berlim: Heinrich Böll Stiftung—A Fundação da Política Verde*. Recuperado, v. 13, 2016.



Como citar este artigo (Formato ABNT):

PEREIRA, Fernanda Gomes de Sá; SILVA, SOBRAL, Fernanda Miranda; MELO, Fagner Jose Coutinho de. Diagnóstico de Políticas de Gênero no Sertão Pernambucano. **Id on Line Rev. Psic.**, Maio/2022, vol.16, n.60, p. 349-370, ISSN: 1981-1179.

Recebido: 08/04/2022;

Aceito 15/04/2022;

Publicado em: 30/05/2022.